



Concordância Verbal: Uma Relação de intimidade ou um distanciamento entre sujeito e verbo?¹

Elenita Alves Barbosa², Jorge Augusto Alves da Silva³; Valéria Viana Sousa⁴

Resumo: Nossa pesquisa buscará perceber como os alunos do 9º ano de uma escola rural quilombola de Vitória da Conquista realizam a concordância verbal nos textos escritos. Partimos da hipótese de que os falantes, cujos pais frequentaram pouco a escola, não conseguem reproduzir os padrões exigidos pela escola, nem percebem a “solidariedade que há entre o sujeito e o predicado”, tanto na oralidade quanto na escrita; ademais, o contato extraescolar desses alunos acaba por acontecer com pessoas de mesmo nível de escolaridade, ou até inferior, e a escola se torna o único espaço de contato com a língua formal. Somem-se os casos em que os discentes aprendem regras obsoletas. Através de atividades didático-pedagógicas monitoradas, procurará descortinar que fatores linguísticos (natureza e posição do sujeito, saliência fônica) e extralinguísticos (sexo, idade) condicionam a aplicação da regra de concordância. Este estudo será de grande relevância para o ensino de Língua Portuguesa, vez que apontará caminhos aos docentes que, diante de tantas discussões acerca do que deve e do que não deve ser ensinado, entraram em um conflito pedagógico e se perderam nos caminhos do ensinar e, aos discentes que poderão refletir as regras da língua (vernáculo) que realmente usam.

Palavras-chave: Gramática. Variação. Concordância Verbal.

Verbal Concordance: an intimacy relationship or distance between subject and verb?

Abstract: Our research will try to analyze how 9th-grade students from a quilombola rural school in Vitória da Conquista do verbal agreement in the written texts. We start from the hypothesis that speakers, whose parents didn't finish school, cannot reproduce the standards required by the school, nor do they realize the “solidarity that exists between subject and predicate”, both in orality and writing; Also, the out-of-school contact of these students eventually happens to people with the same or even a lower level of education, and the school becomes the only space for contact with the formal language. Increasing the cases that students learn obsolete rules. Through monitored didactic-pedagogical activities, we will try to unveil that linguistic factors (nature and position of the subject, phonic salience) and extralinguistic factors (gender, age) condition the application of the rule of agreement. This study will be of great relevance for the Portuguese Language teaching, since it will point out ways for teachers who, faced with so many discussions about what should and should not be taught, entered a pedagogical conflict and got lost in the ways of teaching and learning, to students who may reflect the rules of the language (vernacular) they actually use.

Keywords: Grammar. Variation. Verbal agreement.

¹ Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Mestrado profissional em Letras da UESB, em Vitória da Conquista/BA.

² Mestre em Letras – PROFLetras – pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, membro do Grupo de pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. E-mail: nitajord@hotmail.com. Professora da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista e do Instituto de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias.

³ Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil;

⁴ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (área de concentração em Linguística e em Língua Portuguesa). Professora titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL/UESB). Líder do grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. E-mail: valerianaviansousa@gmail.com.

Introdução

A concordância verbal, um dos conteúdos das aulas de Língua Portuguesa, é uma das grandes exigências, por parte dos professores, nas produções textuais dos alunos, associado a outros, como: concordância nominal, pontuação, ortografia etc. Essa supervalorização se dá, principalmente, (1) pela preocupação dos professores em seus alunos escreverem segundo as normas da Gramática Tradicional (doravante GT). Embora o tema seja amplo e haja inúmeras e frequentes discussões sobre o ensino de gramática na escola, esses debates são superficiais, sem aprofundamento e baseiam-se, sobremaneira, no senso comum; e (2) em função desses mesmos professores ainda virem o processo seletivo dos vestibulares centrado nas tradições dos compêndios tradicionais. O estudo da concordância verbal se processa em foco/finalidade já ultrapassados, o que acaba confundindo os docentes que passam a concentrar atenção especial nesses aspectos da GT, pois é perceptível que os docentes não conseguem definir o que se deve ensinar e como se deve ensinar a gramática, e essa “confusão” acaba por influenciar negativamente ao aluno que passa a compreender a Língua Portuguesa como uma língua difícil de aprender, especialmente quando é obrigado a decorar uma lista extensa de regras.

Em muitos momentos, nas produções textuais, observamos que esse aspecto da gramática é muito mais valorizado do que o conteúdo presente nos textos escritos. Ao trazer à tona essa realidade, não estamos afirmando que um texto não necessite da concordância, nominal e/ou verbal; e que, havendo a concordância, esse texto se tornará sem importância, mas estamos afirmando, sobretudo, que o conteúdo esboçado pelo aluno em uma produção textual deve ser levado mais em conta do que a forma como ele harmoniza os termos entre si. Também não queremos dizer com isso que a concordância não deva ser ensinada nas escolas, pois, a nosso ver, o aluno precisa compreender que existem muitas formas de se dizer algo e entender que a forma escrita segue regras gerais para facilitar a comunicação. Contudo, caso ele escreva sem o uso da concordância exigida pela GT, a mensagem pode ser passada e entendida da mesma forma, mas a avaliação de quem lê poderá ser negativa, já que a concordância está associada a um dos valores linguísticos preconizados pela cultura letrada.

Conforme já mencionado anteriormente, há muitas formas de se dizer algo, e essa variação também se aplica às regras de concordância. Tal variação é condicionada por fatores estruturais (realização do sujeito, sua posição na estrutura oracional, a percepção da diferença entre singular e plural, a natureza do verbo - se transitivo, se inacusativo) e sociais (situação econômica, faixa etária, geográfica etc). No imaginário coletivo, percebemos que as aulas de Língua Portuguesa estão relacionadas à noção de “o que se deve” e “o que não se deve” dizer/escrever, e com essa postura, enraizada na dicotomia certo/errado, os professores têm restringido a sua prática, muitas vezes mecânica, de apontar falhas no texto do aluno.

Na prática cotidiana, percebemos que o ensino tal qual está sendo realizado acaba por ficar no espaço escolar. Os discentes não dão notoriedade ao uso das regras prescritas na Gramática Normativa, estabelecendo uma dicotomia entre a língua que se aprende na escola e a língua falada por ele fora desse espaço. Em suas convivências extraescolares, geralmente os alunos não fazem uso dessas regras e não conseguem estabelecer essa relação, vez que passaram a vida convivendo com essas realizações sem a devida concordância verbal e, muitas vezes, estudaram essa concordância em situações artificiais de uso da língua.

Logo, estabelecer um paralelo para essas duas realidades torna-se difícil para o discente. Ademais, ele poderá ser rejeitado por sua comunidade de fala caso apresente uma forma diferente da corriqueira falada até ali, aquela forma que esboça a identidade dialetal da sua comunidade; em termos labovianos, seu vernáculo. Para não correr esse risco, esse falante opta pela forma com a qual está acostumado, “esquecendo” ou não sendo capaz de aplicar o que aprendeu das regras de concordância em seus textos escritos.

Diante dessa problemática, buscamos responder a seguinte questão-problema: Partindo do pressuposto de que ocorra variação no uso da concordância verbal de 3ª pessoa do plural, realizada pelos usuários da língua em situações diversas, perguntamo-nos quais fatores condicionam tal fenômeno.

A partir de nossas leituras, elaboramos a seguinte hipótese geral de nosso estudo: a concordância verbal de 3ª pessoa do plural, conforme prescrita pela Gramática Normativa, está condicionada a fatores linguísticos e extralinguísticos. Pudemos, ainda, elencar, do ponto de vista linguístico, as seguintes hipóteses: i) a posição e realização do sujeito são condicionantes ou condicionadores da aplicação da regra de concordância verbal; (ii) se o utente faz concordância no sintagma nominal, ele fará também no verbo; (iii) a constituição e formação do plural são fatores condicionantes da aplicação da regra padrão de concordância; (iv) a animacidade ou a caracterização semântica vai determinar uma tendência de maior aplicação ou não da regra padrão; (v) o tipo de verbo, a sua transitividade e a natureza vão condicionar a aplicação ou não da regra de concordância; (vi) quanto mais material fônico-morfológico for usado para marcar a diferença singular/plural, mais haverá tendência de marcação de plural; e (vii) a presença da marca de plural pode influenciar a realização da regra padrão.

Do ponto de vista extralinguístico, hipotetizamos que: (i) os informantes do sexo feminino usam mais as regras padrão de concordância do que os informantes do sexo masculino; (ii) o nível de escolaridade da mãe influencia na realização da concordância verbal; (iii) a quantidade de livros lidos por ano é condicionador da aplicação das regras padrão; e (iv) as tecnologias, em especial a internet, são influenciadoras da aplicação da regra padrão.

Para validar nossas hipóteses, traçamos, como objetivo geral, o propósito de discutir a concordância verbal como regra variável na terceira pessoa do plural ou P6, descortinando fatores condicionantes (linguísticos e extralinguísticos) que favorecem a ocorrência ou não da “solidariedade” entre o sujeito e o núcleo do predicado, com o intuito de propor estratégias didático-pedagógicas que venham a facilitar a aprendizagem da variedade de prestígio.

E como objetivos específicos, (i) analisar os contextos favoráveis à aplicação da regra padrão de concordância verbal de 3ª pessoa do plural; (ii) analisar os índices de aplicação da regra padrão de concordância de 3ª pessoa do plural nos textos escritos dos alunos nas atividades escolares.

Acreditamos que uma nova postura pedagógica, aliada a atividades que conduzam os discentes à reflexão, seja necessária e determinante para uma mudança de atitude na escrita. A nosso ver, para que a pesquisa torne-se efetivamente eficaz, é necessário propor uma intervenção que colabore para que a turma compreenda o uso da norma culta nas produções textuais e que seja capaz de aplicá-la em seus textos escritos. Dessa forma, elaboramos duas sequências didáticas que poderão contribuir com o processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Entendemos que este estudo será de grande relevância para o ensino de Língua Portuguesa, vez que apontará caminhos aos docentes que, diante de tantas discussões acerca do que se deve e do que não se deve ser ensinado, acabaram entrando em um conflito pedagógico e se perderam nos caminhos do ensinar, e aos discentes que terão a oportunidade de refletirem, em sala de aula, sobre as regras da língua (vernáculo) que realmente usam. Esperamos que os resultados sejam mostrados através da aprendizagem efetiva e eficaz por parte dos alunos na aplicação da concordância verbal nos textos doravante escritos.

Concordância Verbal: As Diversas Abordagens

A ideia de concordância, como solidariedade entre o sujeito e o núcleo do predicado, ainda que esteja apresentada pela Tradição Gramatical de forma contundente, na própria tradição são apresentadas situações em que a regra vai ser posta de lado para favorecer o sentido. Tais situações especiais são mais estudadas pela Estilística e ocupam lugar especial naquela parte que cabe aos estudos sintáticos. Assentada nos clássicos da língua, a escola não apenas reproduziu os modelos, mas incumbiu-se de alastrar *ad nauseam*⁴ a ideia de que as competências de leitura e escrita estavam relacionadas diretamente ao uso “correto” das regras de concordância.

⁴ Expressão em latim que se refere à argumentação por repetição, ou seja, a mesma afirmação é repetida insistentemente até o ponto de causar “náusea” a crença incorreta de que quanto mais se insiste em algo e mais se repete algo, mais correto algo se torna.

Nesse sentido, a concordância verbal serviria como parâmetro de prestígio social e, portanto, o ensino da concordância verbal, entre outros conteúdos, seria obrigatório pela escola. Para tanto, o ensino da norma padrão (*standard*) ou de prestígio, a qual se confronta com a forma não-padrão (*substandard*), deve ser feita de forma a não desqualificar aqueles cujo vernáculo (em termos labovianos) caracteriza-se pela falta de “solidariedade” entre o sujeito e o núcleo do predicado.

Concordância verbal: abordagem normativa

No prestígio social e na gramática ensinada na escola é determinado que os falantes devam seguir à risca todas as regras de concordância verbal segundo a Tradição Gramatical, materializada na Gramática Normativa e corporificada na gramática pedagógica, emblema das aulas de Língua Portuguesa. Nesse sentido, o nosso percurso na análise da concordância pelo viés normativo pautou-se em duas vertentes: análise dos pressupostos na Gramática Normativa bem como interpretação do discurso da gramática pedagógica.

Mormente, faz-se necessário que, antes de qualquer coisa, conceituemos “verbo” com base em Cunha e Cintra (2008, p. 393) que dizem que “verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado pelo tempo”. Além disso, acrescentam os autores citados que “o VERBO apresenta as variações de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ” (p. 393) (grifos dos autores). A partir dessa definição, percebemos que a concordância verbal está intimamente ligada às categorias de número e pessoa.

A lógica da Tradição Gramatical centra-se na relação entre o sujeito e o núcleo do predicado. Destarte, ao lado da regra geral, são apresentadas situações segundo a natureza e a posição do sujeito. Com base ainda nos autores supracitados, podemos observar os seguintes parâmetros para a concordância:

- a) Quando a oração for formada por apenas um sujeito, o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito;
- b) Quando as orações são constituídas por mais de um sujeito, a concordância se dá da seguinte forma: a prevalência da primeira pessoa sobre as demais;
- c) Quando o sujeito é formado por dois ou mais núcleos, sendo estes nomes, o verbo fica na 3ª pessoa do plural;
- d) Quando as orações são constituídas por sujeito indeterminado, o verbo vai para a 3ª pessoa do plural;
- e) Quando as orações são constituídas de expressão partitiva como sujeito (parte de, uma porção de, o grosso de, o resto de, metade de e equivalentes) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural⁵;

⁵Os autores apresentam a seguinte observação: “A cada uma dessas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão. Deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos

f) Quando as orações são constituídas de pronomes interrogativo, demonstrativo ou indefinido plural, seguido de (ou dentre) nós (ou vós), é facultado que o verbo fique na 3ª pessoa do plural ou concorde com o pronome pessoal que designa o todo. (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 511-519).

Como podemos ver, na Tradição Gramatical são apresentadas situações típicas em que o falante deve aplicar a regra geral, observando estruturas condicionantes. Nesse sentido, a relação de “solidariedade” entre o sujeito e o predicado estaria condicionada ao entorno linguístico bem como à constituição do sujeito, chegando até as estruturas que vão além da noção canônica de sujeito.

Nesse sentido, a “expressiva variabilidade” afigura-se como uma realidade inquestionável no cânone gramatical da Língua Portuguesa, já que Cunha e Cintra (no âmbito de nosso estudo tomado como um dos vários exemplos que poderiam ser arrolados) esmeram-se por demonstrar que existem regras gerais e regras especiais. Essas, certamente, determinadas por outros elementos que vão além da relação biunívoca da solidariedade expressa pelo sujeito – núcleo do predicado verbal.

Cegalla (2005), de forma simplificada e metódica, apresenta as regras em relação à concordância verbal em duas vertentes: as regras gerais e os casos especiais de concordância verbal. Que situações devem ser enquadradas nas regras gerais? a) o caso do sujeito simples, b) o caso do sujeito composto e anteposto e c) o caso do sujeito composto por pessoas gramático-discursivas diferentes.

Ao lidar com as regras especiais, Cegalla (2005) aponta que a matéria estudada é complexa e controversa, pois está sujeita a soluções divergentes. Diz, ainda, que as regras traçadas têm, muitas vezes, valor relativo, justificando que a opção por esta ou aquela concordância depende do contexto, da situação e do clima emocional que envolvem o falante ou o escrevente. Surpreendentemente, o autor lista 37 casos especiais, indo desde os núcleos de sujeito ligados por “ou” (conjunção alternativa), bem como os casos de uso da preposição “com”, de percentual e do emprego de qual de nós/quais de nós. Observando as regras gerais apresentadas nos compêndios gramaticais, não julgaríamos que os discentes apresentassem maiores dificuldades em estudar a concordância. No entanto, diante do número de exceções, os discentes percebem a inconsistência da formulação das regras e consideram que a Língua Portuguesa é “difícil” por “ter muitas regras e muitas exceções”.

o verbo ao plural para evidenciarmos os vários elementos que compõem o todo (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 513).

Concordância verbal: abordagem variacionista

Analisando a concordância verbal pelo viés da Sociolinguística Variacionista, notamos que as regras impostas pela Tradição Gramatical não se “afinam” com as realidades linguísticas encontradas no Português do Brasil.

Diversos estudos de cunho Variacionista⁶ apontam para uma nova configuração no paradigma verbal do Português do Brasil, o que levaria ao surgimento de outros padrões de concordância, muitas vezes deveras discordante daquele prescrito pela Tradição Gramatical.

É interessante dizer que esses novos padrões perpassam por todos os segmentos sociais, variando, obviamente, conforme o acesso que esses grupos têm às normas que regem sua fala. Qualquer falante erudito demonstra apreciar formas mais requintadas, e até as utiliza cotidianamente, porém não o faz em todos os momentos, assim também podemos afirmar acerca dos menos alfabetizados que nutrem sentimento de apreciação pela “boa forma de falar” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 14). Há uma valorização pelas formas mais elaboradas, embora, a nosso ver, essa valorização seja questionável por salientar a desigualdade social.

No que tange ao uso das regras de concordância, percebemos que, em algumas falas menos monitoradas, apenas a primeira pessoa é flexionada diferente das demais que seguem o mesmo padrão de uso, ou seja, a primeira pessoa tem seu padrão próprio estabelecido naturalmente, as demais seguem a concordância em 3ª pessoa, indistintamente.

Nesse sentido, Bagno (2011) assevera que a concordância entre o sujeito e o verbo não poderia se dar em certas variedades do Português, já que para alguns falantes o paradigma verbal estaria distante daquele previsto pela tradição com a forma de expressão da língua. Haveria, portanto, variedades de menor prestígio social e variedade de maior prestígio social e tais variedades espelhariam nova configuração do paradigma verbal do Português do Brasil.

É comum hoje programas educativos e jornalísticos apresentarem quadros em que se ensinam as regras de comportamento para os que buscam novas colocações profissionais, incorporando a essas as regras que regem a “boa fala”.

Na subseção que segue, trataremos sucintamente dos aspectos escolares que auxiliam na incorporação das regras de concordância por parte dos alunos.

⁶ Com base em Santos e Silva (2014), podemos listar diversos estudos tais como: Lemle/Naro (1977), Naro (1981), Guy (1981), Rodrigues (1987), Graciosa (1991), Vieira (1995), Espínola (1999), Naro/Scherre (2003), Silva (2003; 2005), Oliveira (2005), Souza (2009) e mais recentemente Araújo (2014).

Realizada a abordagem inicial sobre concordância verbal, na subseção que segue, faremos uma breve análise de como a variação linguística é tratada em dois modelos de livros didáticos apresentados pelo MEC, no ano de 2014.

Concordância verbal: abordagem a partir do livro didático

Nos livros didáticos são trazidas definições com base na GT, mas muito poucas são as abordagens das possibilidades de variação presentes no cotidiano de falantes de classes diversas, quando muito é abordada a variação de forma sucinta e superficial. Ao analisar esse aspecto da abordagem da variação nos livros didáticos é necessário observar: (i) como é abordada a questão da variação linguística e (ii) se o livro didático é coerente quando trata sobre variação e se, ao abordar fenômenos linguísticos altamente estigmatizados (especificamente, a concordância verbal), traz considerações sobre a variabilidade desses fenômenos.

Para este estudo, utilizamos como referência dois exemplares didáticos, recomendados pelo MEC, em 2014, para o 9º ano. Tais livros têm a chancela ministerial e são distribuídos às escolas do país, e foram escolhidos para essa análise por serem os livros adotados pela Escola Municipal Francisco Antônio de Vasconcelos. Buscamos, então, ler os sumários dos livros que foram analisados para percebermos em quais capítulos é tratada a concordância verbal, objeto desta pesquisa.

No primeiro livro, intitulado “Português: Projeto Terális”, existem dois momentos para tratar a concordância verbal. Na primeira abordagem de concordância verbal, presente na página 224, na seção “Língua: usos e reflexão”, capítulo 7, a questão da variação é tratada apenas como informação baseada em uma música de Patativa do Assaré, uma linguagem mais musicada, poética, literária e tida como regional. No entanto, não há exploração de outras formas de expressão da língua; nesse sentido, não são apresentadas outras possibilidades de uso das variações nas formas de concordância tão presentes no cotidiano do aluno, embora a composição de Patativa do Assaré permita tal abordagem. Os exercícios são todos voltados para a GT.

No segundo momento, seção “Língua: usos e reflexão” do capítulo 8, página 256, a abordagem é sobre a concordância na voz passiva com pronome apassivador se, o verbo acompanhado de pronome se, indicador de indeterminação do sujeito, verbos impessoais, verbo ser e silepse. Nessa abordagem, também, não há nenhuma atividade que direcione o aluno a refletir sobre as diversas possibilidades de uso da concordância.

No livro “Vontade de saber português”, há, mais do que no primeiro, um posicionamento unilateral sobre a concordância verbal, baseado exclusivamente na GT. Na página 200, seção “A língua em estudo”, da unidade 5, inicia-se o assunto com uma “tirinha” de Hagar e seus companheiros

vikings com apenas um quadrinho em que o narrador flexiona o verbo na 3ª pessoa do plural. Tavares e Conselvan (2012, p. 200), autoras dessa coleção didática, seguem a atividade apresentando uma interpretação em conformidade com o estudo das regras de concordância verbal e informam que “há concordância verbal quando o verbo concorda em número (singular/plural) e pessoa (1ª, 2ª e 3ª) com o sujeito a que se refere” (p. 200) (Grifos da autora) e dão continuidade especificando os casos de concordância, incluindo os verbos seguidos da partícula se. Os exercícios sugeridos nesse exemplar têm como base a GT e, nestes, não é apresentada nenhuma questão envolvendo outras formas de uso da concordância.

Interessante observar que tais abordagens gramaticais são realizadas em seções intituladas “língua: usos e reflexão” e “a língua em estudo”. Se, nas seções, estivesse configurado o que é sugerido nos títulos, certamente, a análise estaria próxima ao que propomos em nosso estudo.

Com essa observação mais acurada em duas coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa, podemos afirmar que, nos livros didáticos em análise, não é abordada com precisão a questão da variação tão presente nos falares com reflexos tão comuns nos textos escritos. Dessa forma, a gramática que impera nesse espaço é a prescritiva e não a descritiva, conforme discutimos na seção anterior.

Alvo de nossa pesquisa e do objetivo de nossa intervenção pedagógica, o ensino da norma padrão ou de prestígio no que tange à terceira pessoa do plural ou P6 ainda se reveste de um dos fatores avaliados negativamente por nossa sociedade letrada.

Metodologia: O *Modus Operandi*⁷

Nesta seção, tratamos das etapas desenvolvidas na pesquisa. Abordamos a respeito do espaço físico da escola, as atividades que foram desenvolvidas para coleta de dados, o processo da análise dos dados e a proposta de intervenção. Assim, esta seção é destinada à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados coletados.

Reiteramos que entendemos a concordância verbal de terceira pessoa do plural ou P6 como uma regra variável condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos. Tais fatores são considerados como tendências que demonstram a construção de uma prática pedagógica inclusiva, no sentido de compreender as dificuldades dos discentes em relação à norma de prestígio e, dessa forma, propor uma intervenção pedagógica que tenha como propósito diminuir o distanciamento e a

⁷ Expressão em latim que significa "modo de operação". Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade.

artificialidade existente no ensino da concordância verbal. Entendemos que, por meio de uma retomada do assunto, de aplicação de novos exercícios e do conhecimento das causas das dificuldades enfrentadas pelos alunos, seja possível o caminho para uma adequada efetivação do processo ensino-aprendizagem.

As atividades para a pesquisa

As atividades desenvolvidas para a pesquisa se deram a partir de produções textuais, aplicadas a 33 (trinta e três) alunos. Desse total, foram selecionados aleatoriamente 20 (vinte) textos para análise, observando na escolha apenas o critério de que 10 (dez) textos deveriam ser de discentes do sexo masculino e 10 (dez) textos de discentes do sexo feminino.

Então, para realização desta pesquisa, aplicamos atividades didático-pedagógicas. A primeira delas foi aplicada após leitura oral de uma sequência de imagens, realizada pelos alunos sob nossa orientação. Na segunda proposta, foi apresentado o filme “2 filhos de Francisco”; logo após, houve comentário coletivo e cada aluno reproduziu a história por meio de texto escrito. A terceira e última atividade foi realizada por intermédio de imagens sequenciadas em que os alunos criaram um enredo coletivamente e, depois, escreveram individualmente seu texto. Todas as atividades possibilitaram o uso da 3ª pessoa do plural, a fim de que o autor dos textos pudesse apresentar a forma de concordância que costuma realizar.

Após interpretação oral dos recursos utilizados como motivação, os alunos foram convidados/direcionados a escreverem textos individualmente. Em nenhum momento, o foco central da análise pretendida, a concordância verbal, foi informado nem divulgado para os alunos.

Nesse sentido, buscamos não apenas levantar dados, mas fazer com que os participantes percebessem a língua como forma de expressão da individualidade na qual são revisados os valores simbólicos, o que, como hipotetizamos, pode favorecer a ausência de monitoramento.

Análise e Discussão de Dados

Nesta seção, discutimos os resultados qualitativos e quantitativos obtidos pelo processo de quantificação e tabulação de dados. A análise das ocorrências (codificadas e mensuradas) fez-se com base em estruturas retiradas de textos de vinte alunos participantes da nossa pesquisa. Por questão de exposição, inicialmente, destacamos os grupos de fatores selecionados como significantes pelo Programa *Goldvarb* 2001 que, após realizar a análise quantitativa, eliminou alguns grupos de fatores.

No entanto, por compreender que esses grupos podem servir para explicar o fenômeno da concordância verbal no Português, resolvemos apresentá-los e fazer os comentários que avaliamos procedentes. Nesse sentido, os grupos de fatores que foram selecionados pelo *Goldvarb* 2001 mostraram-se relevantes, isto é, condicionadores da aplicação da regra de concordância verbal, a qual pressupõe solidariedade entre o núcleo de predicado e o sujeito.

No âmbito de nosso estudo, consideramos 402 ocorrências de uso do verbo na terceira pessoa do plural, realizadas por 20 alunos (10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino), através de produções escritas, consoante explicitado no capítulo 3, que contribuíram significativamente com nossa pesquisa. Partindo do pressuposto de que há variação, almejávamos encontrar nos textos duas situações: uma em que a solidariedade entre sujeito e predicado fosse explícita⁸, isto é, realmente efetivada, e outra em que a solidariedade não se realizasse e, como tal, poderia ser verificada “ausência de concordância”. Assim, apresentamos nossa análise trazendo primeiro as variáveis linguísticas selecionadas pelo programa *Goldvarb* 2001, considerando as amálgamas que fizemos, buscando investigar o fenômeno observado. Apontamos também a análise e discussão dos resultados referentes às variáveis linguísticas e sociais levando em conta a caracterização feita e as hipóteses levantadas para as variáveis.

Levantamos e codificamos todas as ocorrências de terceira pessoa do plural, excluindo as que não se encaixavam nos critérios estabelecidos (tais como verbos no infinitivo, sujeito indeterminado, possibilidade de concordância com o núcleo ou com o adjunto). Para fins de comprovação dos dados desta pesquisa, explicitaremos os grupos de fatores, exemplificando.

Variável dependente

A *variável dependente* constitui-se da presença da forma padrão vs a presença de formas não padrão. Sendo assim, as variantes consideradas são: (i) (+) presença do morfema de 3ª pessoa do plural e (ii) (-) ausência do morfema de 3ª pessoa do plural, como em:

(1) *Os policiais se surpreenderam. (RMJ) versus (2) Os guardas chamou. (ASO)*

Na tabela a seguir mostram-se os índices de realização das regras padrão da concordância verbal nos textos analisados:

⁸ Em algumas situações linguísticas, a solidariedade entre o sujeito e o predicado não se faz de forma explícita, mas por meio da estratégia da silepse: o grupo saíram. Tal solidariedade era chamada pelos gramáticos latinos de *ad sensum* tendo sido largamente explorada pelos dialetólogos para demarcar, por exemplo, os limites entre as variáveis espaciais no território lusitano (CARVALHO, 1970)

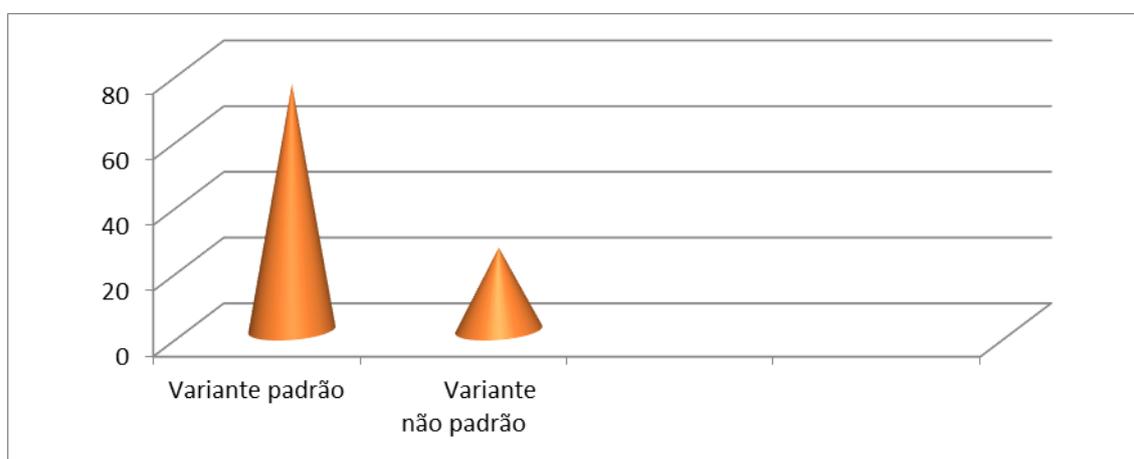
Tabela 01 - Aplicação da Regra Padrão de Concordância Verbal

Regra Padrão	Ocorrências	Frequência
Variante padrão	301/402	74,9%
Variante não padrão	101/402	25,1%

Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico a seguir permite uma melhor visualização dos resultados:

Gráfico 01 -Aplicação da Regra Padrão de Concordância Verbal



Fonte: Elaborado pela autora

Variáveis independentes linguísticas

Nossa análise foi realizada a partir das seguintes variáveis linguísticas:

1. Realização e posição do sujeito;
2. Concordância nominal do sujeito;
3. Indicação do plural no SN sujeito;
4. Caracterização semântica do sujeito;
5. Tipos de verbo;
6. Saliência fônica;
7. Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo.

Em uma primeira rodada, no pacote de programas *Goldvarb 2001*, foram selecionadas como significantes as seguintes variáveis: (*input*: 0.749 e nível de significância: 0.005).

1. Concordância nominal do sujeito;
2. Indicação do plural no SN sujeito.

Em uma segunda rodada, optamos por excluir as variáveis independentes linguísticas: Caracterização semântica do sujeito e tipos de verbo. Com base nesses ajustes, o programa selecionou as seguintes variáveis linguísticas:

1. Realização e posição do sujeito;
2. Indicação do plural no SN sujeito;
3. Saliência fônica.

Conforme já mencionado anteriormente, trabalhamos com sete variáveis linguísticas. Embora o programa tenha excluído na primeira rodada a realização e posição do sujeito, a caracterização semântica do sujeito, os tipos de verbo, a saliência fônica e a forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo, julgamos por bem discuti-los, especialmente, porque, na segunda rodada, o programa considerou relevante a realização e a posição do sujeito e saliência fônica.

Buscando eliminar os *knockOuts*, amalgamamos:

- a) Dois fatores da variável REALIZAÇÃO E POSIÇÃO DO SUJEITO: “Sujeito retomado por pronome relativo” e “Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa”, definidos previamente, pois julgamos procedente, vez que nos dados é revelado que tais fatores demonstravam comportamento semelhante por terem a mesma natureza estrutural;
- b) Dois fatores de TIPOS DE VERBO: “Verbo auxiliar” e “Voz passiva”, já que as ocorrências de voz passiva causavam *knockOuts* e se assemelham ao verbo auxiliar.
- c) Dois fatores de SALIÊNCIA FÔNICA: As ocorrências de verbos com “ditongação e/ou mudança de qualidade” e “acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade” também por apresentarem semelhanças em sua composição, quando avaliávamos o peso da Saliência Fônica.

Dessa forma, discutimos separadamente cada grupo de fatores.

Concordância nominal do sujeito

No fator de *concordância nominal do sujeito*, nossa hipótese se baseia no princípio de que se o utente faz concordância no sintagma nominal, ele a fará também com o verbo, numa relação de dupla solidariedade.

Ao controlarmos essa variável, não consideramos os casos em que não foi possível analisar a concordância entre os elementos do sintagma nominal constituintes do sujeito. Dessa forma, os casos de sujeito não realizado, de sujeito representado por pronome (eles/elas) e de sujeito retomado pelo pronome relativo foram descartados, para que pudéssemos verificar a relevância exata entre os elementos que formam o sujeito.

Pudemos verificar nas ocorrências realizadas pelos nossos informantes que nossa hipótese está comprovada, vez que, das 118 ocorrências, apenas 6 não foram realizadas segundo pregam as regras gramaticais normativas para esses casos.

Os dados confirmam que nossos informantes, ao realizarem a concordância no sintagma nominal, fazem-na também no sintagma verbal, concomitantemente, em seus textos escritos.

Apenas para validar o que já apontamos, voltamos a afirmar que sintagma nominal com concordância segundo a norma padrão favorece a realização da aplicação das regras de concordância também no verbo.

Indicação do plural no SN sujeito

A hipótese norteadora do controle da variável *Indicação do Plural no SN Sujeito* é de que a constituição mórfica e a formação da estrutura do plural são fatores condicionantes para aplicação da regra de concordância verbal. Essa variável revela-se bastante significativa, pois nos dados é apontado que, quando o utente deixa de fazer a concordância de número no SN sujeito, a frequência de aplicação da regra de concordância torna-se menor.

Para estudo desta variável, dividimo-la em: Mórfica; Com numeral; Com quantificador e Sujeito composto.

Nos dados, em segunda rodada⁹, é revelado que a marca mórfica de plural é a que mais favorece a aplicação da regra de concordância verbal com frequência de 78,8% e peso relativo ,54; em segundo lugar de influência, está o sujeito composto, com frequência de 70,4% e peso relativo,46, aproximando do ponto neutro de favorecimento.

Ademais, nos dados são apontados como desfavorecedores os fatores quantificador (frequência 66,7 e peso relativo ,41) e numeral (frequência 54,5 e peso relativo ,30). Contudo, compreendemos que, em relação ao fator numeral, não nos cabe dizer que caracterize desfavorecimento, vez que julgamos prudente avaliar que isso pode ser explicado pelo fato de o utente

⁹Na primeira rodada, o peso relativo do fator “marca mórfica” oscilou em ,56; do fator "sujeito composto" em, 66; do fator “numeral” em ,11 e do fator “quantificador” oscilou em ,13.

compreender que no numeral já está explícita a marca de pluralidade sem necessidade de marcá-la na forma verbal.

Realização e posição do sujeito

Ao controlarmos a variável *Realização e Posição do Sujeito*, buscamos avaliar como a percepção do sujeito poderia ser favorável à concordância, ou seja, até que ponto o utente do Português emprega as marcas de plural quando reconhece o outro elemento da “solidariedade”.

A nossa hipótese era que a proximidade entre sujeito e verbo favorecesse a realização da concordância verbal. Isso foi comprovado através de nossa pesquisa, em que nos dados é mostrado que, quanto mais adjacentes sujeito e verbo, maior a possibilidade de realização da concordância verbal. Desse modo, pudemos observar que, com a “presença e anteposição do sujeito”, “sujeito não realizado com referencial” e “sujeito anteposto ao verbo com uma relativa” ou “retomado por pronome relativo”, é apontado o percurso para a elaboração de nossa proposta pedagógica, demonstrando que a pesquisa científica pode ter também a finalidade de uma ação didático-pedagógica.

Nos números apontados na pesquisa fica confirmada nossa hipótese: a proximidade do sujeito ao verbo favorece a realização da concordância verbal. Com pesos relativos bastante próximos, os três fatores que mais favorecem a aplicação das regras de concordância são: sujeito não-realizado, com frequência 77,1% e peso relativo ,52; sujeito anteposto, com frequência de 77,3% e peso relativo ,51; e sujeito anteposto ao verbo com uma relativa e retomado por pronome relativo (fatores amalgamados), com frequência de 69,6% e peso relativo ,51. Sujeito anteposto com material interveniente (frequência 72,2% e peso relativo ,48) está no ponto neutro do favorecimento, enquanto sujeito imediatamente posposto (frequência 37,5 e peso relativo ,18) e sujeito anteposto ao verbo com sintagma preposicionado (frequência 50% e peso relativo ,16) desfavorecem a aplicação das regras de concordância.

Na primeira rodada, essa variável não foi selecionada, já na segunda rodada foi selecionada em primeiro lugar.

Comparando com os dados analisados por Nogueira (2015)¹⁰, que também investigou a concordância verbal a partir das produções textuais de alunos do 6º ano, podemos observar que os índices de favorecimento da aplicação das regras de concordância no que concerne à realização e posição do sujeito são coincidentes.

¹⁰Trabalho desenvolvido para conclusão do mestrado profissional em letras – ProfLetras -, com título: Variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na escrita de estudantes do Ensino Fundamental II, no ano de 2015. Foram realizadas quatro pesquisas de mesmo tema, em escolas diferentes, o que nos possibilitou fazer um estudo comparativo dos dados.

Saliência fônica

Considerando nossa hipótese de que, quanto mais material fônico-morfológico for usado para marcar a diferença singular/plural, mais haverá tendência de marcação de plural, podemos afirmar que os níveis mais altos de saliência favorecem mais o uso das regras de concordância do que os níveis mais baixos. Conforme Teixeira (2013), isso ocorre porque o utente tenta adquirir primeiro as formas mais salientes, por serem mais perceptíveis e de fácil identificação, caso a concordância não seja realizada. Corroborando isso diz-se que na norma popular do Português Brasileiro houve uma erosão da morfologia flexional do passado em decorrência do contato com outras línguas, cuja perda está sendo recuperada por influência de padrões linguísticos mais “elitizados”, sendo que os contextos mais salientes são os mais fáceis de serem adquiridos e também os mais evitados pelos falantes adquirentes da variedade padrão (ARAÚJO, 2014).

Em nossa análise, inicialmente, postulamos seis níveis de saliência fônica:

1. Fora da sílaba tônica (oposição menos saliente):

Nível 1. Nasalização sem envolver qualidade (conhece/conhecem, consegue/conseguem, sabe/sabem). São considerados os verbos da 3ª pessoa do singular terminados em “e”;

Nível 2. Nasalização com mudança de qualidade (ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam). São considerados os verbos de 3ª pessoa do singular terminados em “a”;

Nível 3. Acréscimo de segmento plural (diz/dizem, quer/querem, sai/saem, vê/veem). São considerados os verbos em que, na 3ª pessoa do plural, há acréscimo silábico;

2. Dentro da sílaba tônica (oposição mais saliente):

Nível 4. Ditongação e/ou mudança na qualidade (tá/tão, vai/vão);

Nível 5. Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (bateu/bateram, viu/viram, foi/foram, disse/disseram);

Nível 6. Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa (veio/vieram, é/são).

A posterior, julgamos procedente amalgamar dois fatores: o nível 4 (Ditongação e/ou mudança na qualidade) e o nível 5 (Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade), já que apresentaram comportamento semelhante.

Na primeira rodada, essa variável não foi selecionada; enquanto na segunda rodada passou a ser selecionada em terceiro lugar.

Analisando os dados da tabela supracitada, verificamos que o nível 4, com frequência de 79,7% e peso relativo ,56, é o maior influenciador da aplicação das regras de concordância verbal. Numa escala hierárquica, os outros fatores aparecem na seguinte ordem: nível 1, com frequência

81,2% e peso relativo ,55; nível 3 com frequência 77,8% e peso relativo ,50; nível 2, com frequência 69% e peso relativo 43; e, por último o nível 5, com frequência 60% e peso relativo ,31.

Nogueira (2015) apresenta, a partir dos dados coletados, como maiores influenciadores da aplicação das regras de concordância os níveis 1 e 3, com pesos relativos de ,56 e ,58, respectivamente. O nível 4, nos estudos da autora, é desfavorecedor da aplicação das regras de concordância, “pois apresentou o menor índice de realização da regra com peso relativo ,16” (NOGUEIRA, 2015). Embora tais resultados contrariem os estudos feitos por Silva (2005) e Araújo (2014), cabe-nos afirmar, com base em Silva (2005), que essas inversões são comuns e não invalidam o princípio da saliência fônica, e ainda nos compete ressaltar que o *corpus* em análise pode facilmente apontar para um novo quadro de configuração da saliência fônica.

Caracterização semântica do sujeito

Quando analisamos a *caracterização semântica do sujeito*, em nossos dados, sob a hipótese de que a animacidade ou a caracterização semântica vai determinar uma tendência de maior aplicação ou não da regra de concordância, observamos que é fato o predomínio de realização da concordância, vez que nosso resultado é de frequência 72,6% de aplicação das regras de concordância. No entanto, nos nossos dados é apontado o traço [-humano] um percentual elevado de favorecimento da concordância com 80,3% de frequência, e isso se deu porque a maioria absoluta dos sujeitos com traço [-humano] utilizados nos textos dos informantes é de sujeito que, embora seja inanimado, tem características de animacidade.

Oliveira (2005) optou por trazer à tona da discussão, além da animacidade, os traços [+concreto / -concreto] buscando estabelecer a diferença entre o concreto e o abstrato e analisar as influências para a aplicação das regras de concordância verbal. Baseados nessa hipótese, podemos afirmar que o [+concreto] foi o que influenciou o uso da concordância nos *corpora* estudados. Embora a autora revele que “os números dos SNs a que chamamos abstratos não diferem significativamente dos chamados concretos, os pesos de um 0,67 e outro 0,62 (grifos da autora) confirmam isso” (OLIVEIRA, 2005, p. 133). Há, no material estudado nesta pesquisa, várias ocorrências de realizações com traços [-concreto] em que a concordância verbal não é realizada.

O traço [+ humano] aumenta a frequência de concordância verbal. Esse resultado vai ao encontro de resultados apresentados por outros estudos como o de Oliveira (2005) e Silva (2005) os quais também confirmam a hipótese de que a sentença que possui um SN [+humano] favorece a ocorrência da concordância verbal; enquanto sentenças com o traço [-humano] não oferecem essa probabilidade.

Tipo de verbo

No que tange ao *tipo de verbo*, baseamos na hipótese de que o tipo de verbo, a sua transitividade e a natureza vão condicionar a aplicação ou não da regra de concordância. Baseamo-nos em seis tipos de verbo para realizar nossa análise: Transitivo; Locativo; Intransitivo; De ligação; Auxiliares e voz passiva e Modais.

Amalgamamos, nesta variável, dois tipos de verbos: auxiliares e voz passiva, por cumprirem papéis semelhantes numa estrutura. O maior índice percentual de concordância foi apresentado no verbo intransitivo com 85% de frequência, seguido dos verbos transitivos (76% de frequência); o de menor índice foi o verbo auxiliar com 66,7% de frequência. Os nossos dados coincidem com os dados apresentados por Batista (2015)¹¹ apenas na influência dos verbos intransitivos, transitivos e locativos. A menor influência apontada nos estudos da pesquisadora é dos verbos de ligação.

Os dados apresentados por Silva (2005) diferem um pouco dos nossos. O verbo que mais favorece a aplicação das regras de concordância nos estudos do autor supracitado é o de ligação, seguido dos transitivos.

Os verbos transitivos favorecem a concordância verbal, embora em nossa pesquisa apareça com frequência 76%. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Silva (2005), asseguramo-nos de que entre o verbo transitivo estão aqueles que possuem sujeito animado, geralmente com traço semântico [+humano], tendendo a explicitar o agente e, por consequência, favorecendo a concordância.

Para Oliveira (2005), o fato de os verbos intransitivos virem acompanhados de sujeito favorece a concordância. De qualquer forma, é bom salientar que, em nosso estudo, os verbos intransitivos são os que mais favorecem a concordância verbal, embora não tenhamos verificado se tais verbos vêm ou não acompanhados de sujeito.

O que nos surpreende é que, em geral, os verbos transitivos tendem a atrair SV, o que acaba por atrair também a concordância, e não é o que ocorre em nosso estudo, vez que esses verbos aparecem em segunda posição de influência da concordância com um percentual bem próximo dos locativos que apresentam 71,4% de realização das regras de concordância.

Forma do último constituinte do SN sujeito

A variável linguística *forma do último constituinte do SN sujeito* que está antes do verbo é baseada na hipótese de que a presença de marca de plural pode influenciar a realização da regra. Essa

¹¹Trabalho desenvolvido para conclusão do mestrado profissional em letras – ProfLetras -, com título: Os laços da concordância verbal: perfil da variação no 9º ano do ensino fundamental, no ano de 2015. Foram realizadas quatro pesquisas de mesmo tema, em escolas diferentes, o que nos possibilitou fazer um estudo comparativo dos dados.

variável demonstra a influência que as marcas de plural no último elemento da estrutura do SN sujeito adjacente ao verbo têm para a realização das regras de concordância verbal. Os fatores selecionados para essa análise foram: Núcleo com marca de plural; Núcleo sem marca de plural; Último constituinte do SN com marca de plural; Pronome Eles e Quantificador todos e todas.

O que é apresentado nos dados é que a maior realização de concordância verbal se deu nas construções constituídas pelo pronome Eles (82,6% de frequência). A seguir, apresentam o quantificador todos e todas (frequência: 77,8), seguido de núcleo sem marca de plural (frequência: 66,7%), núcleo com marca de plural (frequência 63,5%), numeral (frequência: 60%) e, por último, o último núcleo constituinte do SN com marca de plural (frequência: 50%). Numa análise comparativa com os dados apresentados por Nogueira (2015), observamos que o fator “pronome Eles”, favorecedor da aplicação das regras de concordância, se coaduna.

Fazendo uma retomada das variáveis influenciadoras da aplicação das regras de concordância, concluímos, então, que a realização do sujeito na oração é determinante para a realização da concordância verbal. A realização fonética do sujeito imediatamente antes do verbo também colabora de forma salutar com a concordância verbal. Além do mais, pudemos firmar que o traço semântico [+humano] é influenciador da realização da concordância verbal e o [-humano] desfavorece a realização das regras de concordância. No que tange à saliência fônica, foi observado que a oposição singular/plural é mais evidenciada nas realizações em que a oposição se dá pelo acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade.

Com base no resultado de nossa pesquisa, a nossa proposta será elaborada com questões que envolvam posição do sujeito na oração, sujeito com traço [+humano] e [-humano] e saliência fônica.

Fatores independentes extralinguísticos

Quanto aos fatores extralinguísticos, controlamos as variáveis:

1. Sexo;
2. Escolaridade da mãe;
3. Quantidade de livros lidos por ano;
4. Acesso à internet.

Das variáveis sociais, o programa *Goldvarb* 2001 selecionou como significantes o sexo e a escolaridade da mãe. Em uma segunda rodada, optamos por excluir todas as variáveis sociais para percebermos qual impacto isso daria nos pesos relativos das variáveis linguísticas.

Sexo dos informantes

Nossa hipótese inicial corroborava esse pensamento de que as mulheres realizam mais a concordância verbal do que os homens, pois há uma crença de que as mulheres estão mais expostas às correções gramaticais, são mais sensíveis às normas de prestígio, têm mais vantagem nos testes de aptidão linguística que envolvem soletração e compreensão de textos e que, por isso, realizam com mais frequência as regras de concordância. Enquanto os homens sofrem mais de dislexia e afasia (SILVA, 2005), o que ocasiona maiores dificuldades para aplicação das regras. Nos dados colhidos em nossa pesquisa, é apresentado algo interessante que contrapõe esses estudos anteriores: o sexo masculino do nosso grupo de informantes realiza as regras de concordância verbal mais do que o sexo feminino.

O que tem levado o sexo masculino a realizar mais concordância? Segundo Silva (2005, p. 277), os homens “tendem a adquirir as formas prestigiadas mais cedo do que as mulheres”, tendo em vista várias hipóteses: maior inserção no mercado de trabalho, o que evidencia maiores contatos com a língua; saírem mais da comunidade para trabalhar; divertirem mais com os amigos - estão realizando com maior frequência as regras de concordância pelo fato de os setores que frequentam exigirem deles essas adequações. As mulheres, por sua vez, ficam mais em casa, os trabalhos se limitam mais aos domésticos, manicure, babás e, por isso, o contato com a norma culta fica mais restrito e as funções não lhes exigem maiores adequações gramaticais nem lexicais; uma visão bastante sexista, mas que ainda é o que ocorre nas comunidades onde nossos informantes vivem, ao menos é o que nos deixa evidenciado nas diversas falas em momentos de conversa informal.

Na nossa pesquisa, os homens aparecem com uma frequência de 88,9%, com peso relativo ,73, contradizendo a nossa hipótese inicial, conforme anunciamos, enquanto as mulheres aparecem com 62,3% de frequência e ,29 de peso relativo.

Parece-nos que fica claro um papel inovador dos homens no que se refere à aquisição das formas padrão no plural dos verbos.

Escolaridade da mãe

Até pouco tempo atrás, a mãe era quem tinha a atribuição de criar e cuidar dos filhos, orientá-los nos estudos e prepará-los para a vida. O pai era o provedor da casa e não se envolvia nessas questões.

Na maioria das famílias nucleares, ainda é bastante comum ser a mãe a responsável pela educação das crianças. É ela quem verifica as atividades e participa das reuniões. Poucas são as vezes

que o pai tem essa responsabilidade. Como nossos informantes estão, em maioria, engajados no primeiro perfil, e vez que o fator escolaridade do pai foi excluído na rodada dos dados através do *GoldVarb* 2001, optamos por trabalhar apenas com a escolaridade da mãe. É válido ressaltar que em pesquisas, a exemplo da realizada por Alves (2010), é apontado que crianças que moram ou são acompanhadas apenas pelo pai têm os piores resultados escolares.

Em nossos resultados, é mostrado que 88,1%, com peso relativo ,93, dos alunos cujas mães têm Ensino Médio ou Superior aplicam as regras de concordância em seus textos escritos e que os alunos filhos de mães com Ensino Fundamental e Médio também são capazes de realizar a concordância verbal, porém em menor escala, apontando percentual de 76,8% e peso relativo,38.

Nos dados, é confirmada nossa hipótese de que, quanto maior a escolaridade da mãe, maior a possibilidade de o aluno realizar a concordância segundo as regras da GT. No entanto, isso muitas vezes não coincide com a participação nas atividades que envolvem a família na escola. Interessar-se e valorizar a escolarização dos filhos é ter participação ativa, envolvendo tudo que diz respeito ao aluno na escola.

Nesse sentido, alertamos a necessidade de as escolas trazerem a família para junto de si, para participar do processo ensino-aprendizagem. Tornou-se salutar que haja preocupação em traçar formas de articulação entre família e escola. O dever da família com o processo de escolarização e a relevância de sua inserção nesse contexto é estabelecido na legislação e nas diretrizes do Ministério da Educação, aprovadas no decorrer dos anos 90.

Quantidade de livros lidos por ano

Não se pode negar que a leitura é um dos caminhos que levam à boa escrita e que leitura e escrita são fatores fundamentais para a inserção do ser humano na sociedade. O ato de ler fornece ao leitor não só oportunidades de conhecer outros lugares, de se inserir em contextos nunca vistos, mas também oportuniza expansão do vocabulário, amplia conhecimento de mundo, dá acesso às informações, desenvolve a criatividade e criticidade, além de despertar o interesse pela busca de novos conhecimentos sobre assuntos os mais variados possível e impulsionar novas relações.

Assim sendo, nossos alunos demonstram, através dos dados coletados, que, quanto mais se lê, mais se tornam capazes de aplicar as regras de concordância. Esse é um fator condicionante para o uso de tais regras, porque o aluno terá consciência de sua aplicabilidade. Embora a diferença seja pouco significativa, devemos salientar que outras qualidades foram encontradas nos textos dos discentes com 3 a 5 livros lidos por ano: concisão e clareza.

Acesso à internet

Ao controlarmos a variável *acesso à internet*, estamos em busca de perceber a importância do uso das tecnologias na aplicação das regras de concordância verbal. Se “são as tecnologias que movem o homem e que promovem o desenvolvimento social, cultural e econômico do mundo” (XAVIER, 2011, p. 31), não podemos negar que a influência exercida em todos os setores é grande.

A variável *acesso à internet* também tem marca relevante nessa influência, pois nos dados é oferecida informação de que, daqueles que usam a internet, 75,2% realizam as regras de concordância verbal. Embora percebamos que a frequência esteja bem próxima uma da outra, é notório que os alunos que têm acesso à internet têm mais probabilidade de aplicar as regras de concordância verbal em seus textos escritos.

Concluimos, enfim, que as variáveis sociais são fortes influenciadoras para a realização das regras de concordância verbal nos textos escritos: Os homens empregam mais a concordância verbal segundo a GT por terem maior inserção em outros ambientes extra familiares; a escolaridade da mãe, com quem o informante tem maior contato dentro da família, é importante para o desenvolvimento da criança; a leitura é forte influenciadora da escrita crítica e com as regras exigidas pelas GTs; há também um forte indicativo de que o acesso à internet tem influência salutar, jogando por terra o senso comum de que a internet prejudica a leitura e escrita.

Considerações Finais

Buscamos, neste estudo, investigar e mapear como os alunos do 9º ano estão realizando a concordância verbal de terceira pessoa do plural, vez que, hipoteticamente, é nesse ano escolar que os alunos devem dominar e aplicar as regras que regem a CV.

Iniciamos com uma discussão teórica, não por acaso, acerca de termos que seriam relevantes para fundamentar nosso trabalho e para facilitar a interpretação dos dados coletados quando procedêssemos a análise dos dados. Foi de fundamental importância estudar tais conceitos e compreender que a variação linguística é o primeiro passo para a mudança que emerge dos diversos falares.

Dessa forma, na análise do *corpus* desta pesquisa, analisamos os dados separadamente, conforme a realização de cada verbo dentro das orações. Após coletar todas as amostras de terceira pessoa do plural existentes nos textos escritos dos alunos, catalogamos e codificamos os dados, seguindo a chave de codificação elaborada especificamente para este fim.

Ao final desta pesquisa, cabe-nos a reflexão: a concordância verbal de 3ª pessoa do plural no 9º ano é uma relação de intimidade ou um distanciamento entre sujeito e verbo? Não podemos falar em fosso profundo entre o sujeito e o verbo ao tratarmos da CV, após um estudo baseado na perspectiva variacionista, como foi o nosso. Afinal, as diversas formas de realização da fala são válidas e torna-se inevitável que os reflexos dessa variação apareçam na escrita, cabendo aos professores de LP apresentar aos alunos as regras da gramática e sensibilizá-los no tocante ao fato de que a escrita segue regras específicas a fim de evitar equívocos. É nessa relação de intimidade entre sujeito e verbo que o utente estabelece sua maneira de fala, considerando que cada falante possui seu modo peculiar de expressar. Para nós, pesquisadores, fica o desafio de, conforme Tarallo (1997), analisar, processar e sistematizar essas variações.

Referências

ALVES, M. T. G. **Dimensões do efeito das escolas:** explorando as interações entre famílias e estabelecimento de ensino. São Paulo: Est. Aval. Educ., 2010.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA:** sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 341 f. il. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BARBOSA, Elenita Alves. **Uma relação de intimidade ou um fosso profundo entre sujeito e verbo:** estudo da concordância verbal de 3º pessoa do plural no 9º ano. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, UESB – BA, Vitória da Conquista, 2015.

BATISTA, Renné da Glória Andrade Marques. **Os laços da concordância verbal:** perfil da variação no 9º ano do ensino fundamental. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, UESB – BA, Vitória da Conquista, 2015.

BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHEZI, Vera Lúcia de Carvalho. **Projeto Teláris:** Português. São Paulo: Ática, 2012.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegamu na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CARVALHO, José G. Herculano. **Teoria da Linguagem:** natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas. Coimbra: Atlântica, 1970.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

NOGUEIRA, Maria Zélia Alves. **Variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na escrita de estudantes do Ensino Fundamental II**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, UESB – Vitória da Conquista – BA, 2015.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. **Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: variação estável ou mudança de progresso?** (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, Danilo da Silva; SILVA, Jorge Augusto Alves. **As variáveis sociais e o uso da concordância verbal: dados do português popular de Vitória da Conquista-BA**. *Fólio: Revista de Letras*. v. 6. n. 1 (jan./jun. 2014)

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

TAVARES, Rosemeire Aparecida Alves; CONSELVAN, Tatiane Brugnerotto. **Vontade de saber português, 9º ano**. São Paulo: FTD, 2012.

TEIXEIRA, Suelem Cristina Cunha. **A concordância verbal no português popular de Salvador: uma amostra da variação linguística na periferia da capital baiana**. Fortaleza, 2013.

XAVIER, Antônio Carlos. A Retórica digital das redes sociais. In: XAVIER, Antônio Carlos et al. **Hipertexto & Cibercultura: Links com literatura, publicidade, plágio e redes sociais**. – São Paulo: Respel, 2011. p. 27-60.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

BARBOSA, Elenita Alves; SILVA, Jorge Augusto Alves da; SOUSA, Valéria Viana. Concordância Verbal: Uma Relação de intimidade ou um distanciamento entre sujeito e verbo?. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro, 2019, vol.13, n.47, p. 740-763. ISSN: 1981-1179

Recebido: 30/09/2019;

Aceito: 10/10/2019.